



CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (TCE/MG)

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS/MG, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 65, Centro, na cidade de Barão de Cocais/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 23.946.262/0001-49, neste ato representada pelo seu Presidente **JOÃO BATISTA DE LIMA**, portador do RG M-4.071.914 e do CPF 567.092.856.34; vem à honrosa presença de Vossa Excelência apresentar **DENÚNCIA** em face de: **1) CLEIDIANE APARECIDA DOS SANTOS SALLES**, diretora do departamento de licitação da Prefeitura Municipal de Barão de Cocais, servidora pública locada na referida entidade; **2) DOMINGOS SÁVIO DOS SANTOS**, Secretário Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Barão de Cocais; **3) MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS** através do Prefeito Municipal Décio Geraldo dos Santos, podendo todos serem encontrados na sede da Prefeitura Municipal localizada à Avenida Getúlio Vargas, nº 10, Centro, Barão de Cocais, e-mail da procuradoria: pgm@baraodecocais.mg.gov.br ; e **4) HORA H MONLEVADE EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. (DIÁRIO DE BARÃO)**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.440.525/0001-15, sediada Rua Luiz Prandini, nº 38, bairro Nossa Senhora da Conceição, na cidade de João Monlevade/MG, representada por Rayner Filipe Maciel Muller, portador do CPF nº 069.768.026.65, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I – DOS FATOS

Conforme consta da documentação anexa, o Município de Barão de Cocais, através da diretora do departamento de licitação e do secretário municipal acima indicados, iniciaram Processo Licitatório na modalidade **INEXIGIBILIDADE** tendo como objeto a *“contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação de atos oficiais e afins, promovidos pelo Município, em jornal de periodicidade diária de circulação local, no âmbito do Município de Barão de Cocais.”*



CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS

Trata-se de Processo Licitatório nº 57/2022 – Inexigibilidade nº 04/2022 para a contratação da empresa Hora H Monlevade Empresa Jornalística Ltda. (DIÁRIO DE BARÃO) tendo como fundamento a inviabilidade de competição, o que poderia ocasionar na inexigibilidade da licitação aos moldes do caput do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Ocorre, que conforme é sabido, o inciso II do artigo 25 da referida Lei EXPRESSAMENTE VEDA a inexigibilidade para serviços de publicidade e **divulgação**, sendo que na mesma linha de PROIBIÇÃO TOTAL de inexigibilidade para serviços de divulgação, cite-se que a Nova Lei de licitações (Lei Federal 14.133/2021) mantém esta vedação expressa no artigo 74, inciso III.

Além da expressa vedação legal, citamos ainda que o processo licitatório ainda se encontra com várias outras irregularidades que também deverão ser levantadas e servem como objetos da presente denúncia.

Verificando a justificativa para a contratação da empresa acima citada, destaca-se que o Setor Responsável cita o seguinte trecho: *“Ressalta-se ainda, que o jornal em questão é o único que possui circulação com periodicidade diária no Município.”*

Ocorre, que a empresa ora a ser contratada por este processo de inexigibilidade “DIÁRIO DE BARÃO” – apesar deste nome – NÃO possui circulação diária neste Município, tendo edições impressas das terças às sextas feiras, não rodando aos sábados, domingos, segundas-feiras e feriados.

Além disso, tem-se em Barão de Cocais, por exemplo, a veiculação DIÁRIA do Jornal Super, do Grupo “O Tempo” que efetivamente possui periodicidade diária e também está presente neste Município.

Alia-se a isto, o fato de que embora a Justificativa do setor responsável descreve como “periodicidade diária”, o que se tem no Termo de Referência é algo diverso.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS

No item 2.2 do Termo de Referência (anexo) das Especificações do Objeto; cita-se n item 2.2.2: *“Dias de circulação: mínimo de 04(quatro) dias por semana, de terça-feira a sexta-feira.”*

Note-se que o Termo de Referência está diverso da Justificativa para a escolha do fornecedor em CLARO e INDISCUTÍVEL direcionamento da licitação, o que é vedado.

Desta feita, com a devida vênia, ainda que a legislação autorizasse a espécie de inexigibilidade para a contratação ora pleiteada, o que não ocorre, certo é que a justificativa é falha e possui o único objetivo de burlar a licitação, o que é terminantemente proibido por lei.

Assim, destacamos que os objetos da presente denúncia seriam a expressa vedação legal para a contratação direta por inexigibilidade para os serviços de publicidade e divulgação (art. 25, III, lei 8666/93); a discordância entre a Justificativa apresentada para a contratação e o termo de referência (os quais citam periodicidades distintas de circulações do jornal) e, por fim, o claro e manifesto direcionamento da licitação.

Cite-se ainda, que conforme já citado, a empresa Hora H Monlevade Empresa Jornalística Ltda. (DIÁRIO DE BARÃO) NÃO é a única empresa que possui circulação mínima de 04(quatro) dias no Município de Barão de Cocais, citando como exemplo o Jornal Super do Grupo “O Tempo”, ocasião em que somente este argumento faria cair por terra a justificativa para a escolha “inexigível” do fornecedor.

Por fim, vale ainda dizer que conforme consta da documentação ora acostada do Processo de Licitação, o Município de Barão de Cocais efetuou a contratação da referida empresa de publicidade no ano de 2018 via PREGÃO, conforme Contrato de folhas 15 e seguinte do Processo Licitatório anexo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS

Ora Nobre Presidente do Egrégio TCE/MG, por qual motivo a mesma empresa contratada e com o mesmo objeto foi possível a realização da modalidade PREGÃO e agora utiliza-se da modalidade de contratação direta via inexigibilidade?

Por tais motivos encontra-se claramente comprovado o direcionamento deste Processo Licitatório para a denunciada Hora H; isto porque de óbvio que a modalidade PREGÃO poderá acudir outros interessados e “prejudicar” o interesse escuso deste processo licitatório.

Portanto, alegamos que várias são as irregularidades presentes no Processo Licitatório objeto da presente denúncia, as quais vão desde o impedimento legal da inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação (art. 25, II, lei 8.666/93); passando por justificativa de escolha do fornecedor diferente do produto oferecido pela empresa contratada (publicação diária \neq publicação 4x por semana); além da possibilidade de contratação de outras empresas com efetiva publicação diária no Município (Jornal Super, por exemplo) e por fim a real possibilidade de realização da modalidade Pregão para o objeto licitado conforme anteriormente já ocorrido.

II – DOS FUNDAMENTOS

Primeiramente, em virtude da clara e expressa proibição legal da realização de inexigibilidade de licitação para os serviços de publicidade e divulgação, cite-se:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
I – (...);
II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (grifo nosso)

É certo que, na mesma linha de PROIBIÇÃO TOTAL de inexigibilidade para serviços de divulgação, cite-se que a Nova Lei de licitações (Lei Federal 14.133/2021) mantém esta vedação expressa no artigo 74, inciso III.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS

Neste sentido e com o objetivo de firmar a referida tese legal, juntamos abaixo ementa de acórdão sobre a matéria:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO POPULAR - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO - EXISTÊNCIA DE DECISÃO SOBRE A MATÉRIA NO TRIBUNAL DE CONTAS - IRRELEVÂNCIA - NECESSIDADE DE LICITAÇÃO - VIOLAÇÃO AO ART. 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93 E AOS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE, LEGALIDADE E IMPESSOALIDADE - RECURSO DESPROVIDO. 1. À luz dos princípios da independência das instâncias e da inafastabilidade da jurisdição, a existência de decisão absolutória no âmbito do Tribunal de Contas, assim como de autorização através de consulta técnica feita a este órgão, não obsta o acolhimento do pleito veiculado em ação popular. 2. A Administração Pública está vinculada ao princípio da legalidade, devendo em seus atos se pautar, estritamente, pelo comando legal, observando, ademais, os princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. 3. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, XXI, CF), admitindo-se a contratação direta apenas nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação. 4. A legislação proíbe a dispensa de procedimento licitatório para contratação de serviços relativos a publicidade e divulgação. 5. Denota-se que a inviabilidade de competição e a singularidade do serviço, exigidas pela norma, não foram devidamente comprovadas, até porque a simples alegação de singularidade não arrima o termo de inexigibilidade de certame licitatório. 6. O prejuízo ao erário, na espécie (irregularidade em procedimento licitatório), que geraria a lesividade apta a ensejar a ação popular é in re ipsa, na medida em que o Poder Público deixa de, por condutas de administradores, contratar a melhor proposta. (TJ-MT - AC: 00046683720118110037 MT, Relator: MARIA APARECIDA RIBEIRO, Data de Julgamento: 20/08/2019, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 28/08/2019)

Por outro lado, conforme acima exposto, o que repetimos por prudência, consta que a Justificativa para a escolha do fornecedor encontra-se DIVERSA do Termo de Referência haja vista que às folhas 02 do referido processo licitatório (Inexigibilidade 04/2022) o Setor Responsável descreve trecho da justificativa com as seguintes palavras: *“Ressalta-se ainda, que o jornal em questão é o único que possui circulação com periodicidade diária no Município.”*

Ocorre, que já no Termo de Referência foi alterada a questão da periodicidade da circulação justamente para que o fornecedor fosse escolhido em detrimento aos demais fornecedores EXISTENTES no local que poderiam cumprir o objeto da licitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS

No presente caso encontra-se claramente comprovada o irregular ajuste do Termo de Referência para que a empresa escolhida pudesse ser contratada diretamente de maneira ilícita por todas as razões já expostas.

Desta feita, com a devida vênia, ainda que a legislação autorizasse a espécie de inexigibilidade para a contratação ora pleiteada, o que não ocorre, certo é que a justificativa é falha e possui o único objetivo de burlar a licitação, o que é terminantemente proibido por lei.

Com a devida vênia, certo é que a continuidade do presente processo licitatório da maneira como se encontra, trata-se de ato CRIMINOSO cometido pelos responsáveis da Administração e pelo representante do DIÁRIO DE BARÃO, conforme abaixo:

CÓDIGO PENAL:

Contratação direta ilegal [\(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

Art. 337-E. Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei: [\(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. [\(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

Portanto, estando diante de clara e manifesta ilegalidade dos atos cometidos neste Processo Licitatório, desde já REQUER a SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2022 – INEXIGIBILIDADE Nº 04/2022.

III – DO PEDIDO LIMINAR

A legislação pátria assegura a possibilidade de concessão liminar para suspensão do procedimento licitatório viciado bem como o Regimento Interno do TCE/MG também permite tal condição. Vejamos:

Art. 264. A licitação poderá ser liminarmente suspensa se constatadas irregularidades graves que possam causar lesão ao erário, fraude ou risco de ineficácia da decisão de mérito. (Redação dada pelo art. 3º da Resolução nº 20/2013, de 11/12/2013)



CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS

Desta feita, certo é que a suspensão do processo licitatório além de ser plenamente possível, no presente caso, por todo o exposto deverá ocorrer uma vez que a continuidade poderá gerar grave lesão ao erário além de ser precedida de um procedimento falho e totalmente ilegal, como já exposto.

Diante de todo o já exposto e ainda tendo como razões para a concessão da suspensão liminar as ilegalidades e ilicitudes citadas as quais poderão gerar lesão ao erário e com fundamento no artigo 264 do Regimento Interno do TCE/MG, REQUER A SUSPENSÃO LIMINAR DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2022 – INEXIGIBILIDADE Nº 04/2022.

IV – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Em virtude de todo o alegado acima, a Câmara Municipal de Barão de Cocais, através de seu Representante legal, REQUER:

- a. A SUSPENSÃO LIMINAR do processo licitatório nº 57/2022 – Inexigibilidade nº 04/2022 pelo risco de causar grave lesão ao erário e ainda pelo risco na demora do provimento de mérito;
- b. Após a suspensão liminar, sejam os denunciados devidamente citados para todos os termos da presente denúncia, para querendo, apresentarem resposta, sob pena de confissão e revelia;
- c. No final, seja confirmada a decisão liminar de suspensão, para DECLARAR EXTINTO o processo licitatório nº 57/2022 – Inexigibilidade nº 04/2022 por todo o exposto.

Nestes termos.
Pede deferimento.

Vereador JOÃO BATISTA DE LIMA
Presidente da Câmara Municipal